

Nº 641/14-SGP - designar ANA CATARINA GOMES CAVALCANTI DE MATOS, Técnico Judiciário, matrícula 1866842, para exercer a função gratificada de Assessor de Magistrado, Sigla FGAM, da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital.

Nº 642/14-SGP - dispensar WESLEY RODRIGO GONÇALVES DE SOUZA, Técnico Judiciário/Suporte de Redes, matrícula 1819631, da função gratificada de Chefe da Unidade de Sistemas Operacionais, Sigla FGJ-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nº 643/14-SGP - designar PAULO JORGE LINO SILVA JUNIOR, Técnico Judiciário/Suporte de Redes, matrícula 1815377, para exercer a função gratificada de Chefe da Unidade de Sistemas Operacionais, Sigla FGJ-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Desembargador Presidente em exercício

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2013 a DEZEMBRO/2013**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Nota1)		
	(Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.037.248.053,77	-	-
Pessoal Ativo	842.877.961,15	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	194.370.092,62	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(223.961.758,99)	-	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (Indenizações e Restituições Trabalhistas) (Nota 2)	(136.746,90)	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(9.551,31)	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(29.445.368,16)	-	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	(194.370.092,62)	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	813.286.294,78	-	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP (IV) = (III a + III b)	813.286.294,78	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
REC EITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	17.173.067.083,44
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	4,74
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) < 6% >	1.030.384.025,01
LIMITE PRUDENCIAL (pa rágrofo único do art. 22 da LRF) < 5,7% >	978.864.823,76
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) < 5,4% >	927.345.622,51

FUNTE : Sistema e-Fisco Financeiro - Dados Provisórios - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade – Recife, 28 de janeiro de 2014.

Nota1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota2. Em que pese a descrição do item definido pela STN, o valor informado corresponde a Licença Prêmio paga em pecúnia, classificada no elemento de despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.

Nota3 O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de janeiro/13 a dezembro/13 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 18.627.495,67. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 194.370.092,62, limitado ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

Des. Fernando Eduardo Ferreira

Presidente em exercício

Leovegildo Lopes da Mota

Diretor Geral

Francisco José de Freitas Abreu Santos

Diretor Financeiro

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2013 a Dezembro/2013**

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")				R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DIPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (C) = (a - b)	
Fonte:102003362-Convênio Pronasci Mulher - MJ Nº 074/08	705.059,52	-	705.059,52	
Fonte: 104003362-Convênio Pronasci -Mulher - MJ Nº 074/08 (contrapartida TJ) (Nota 1)	14.121,97	-	14.121,97	
Fonte: 104070001-TJ-Custas e Taxa Judiciais, Taxas Sobre Serviços Notariais ou Registrais(TSNR) (Nota 1)	31.251.278,81	5.478.324,43	25.772.954,38	
Fonte: 104070002-TJ - Depósitos Judiciais (Nota 1)	2.679.726,37	602.089,10	2.077.637,27	
Fonte:104070003-TJ - PECONSIG (Nota 1)	137.648,74	-	137.648,74	
Fonte: 104070004-TJ-Recursos da Biblioteca (Nota 1)	1.918,20	-	1.918,20	
Fonte: 104070005-TJ - Outras Arrecadações (Nota 1)	3.565.217,98	1.033.013,63	2.532.204,35	
Fonte: 124070002-FERM - Depósitos Judiciais (Nota1)	7.684.717,44	-	7.684.717,44	
Fonte: 124070003-FERM- PECONSIG (Nota 1)	45.489,10	-	45.489,10	
Fonte: 124070004-FERM-Recursos da Biblioteca (Nota 1)	20.923,97	-	20.923,97	
Fonte: 124070005-FERM - Outras Arrecadações (Nota 1)	2.366.113,86	-	2.366.113,86	
Fonte: Recursos Extraorçamentários (Cauções, Depósitos de Terceiros e Fundo de Gratuidade (Nota 2))	3.106.164,20	3.106.164,20	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	51.578.380,16	10.219.591,36	41.358.788,80	
Fonte:101000000-Recursos Ordinários – Adm. Direta (Tesouro)	42.514.736,12	32.142.737,81	10.371.998,31	
Fonte:121 000000-Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	1.716.115,78	-	1.716.115,78	
Fonte:124070001-FERM-Custas e Taxa Judiciais, Taxas Sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR) (Nota 3)	195.063.412,71	21.832.883,48	173.230.529,23	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	239.294.264,61	53.975.621,29	185.318.643,32	
TOTAL (III) = (I + II)	290.872.644,77	64.195.212,65	226.677.432,12	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro – Dados Provisórios – Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade – Recife, 28 de janeiro de 2014.

Nota1 - Em virtude do início das atividades do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Tribunal de Justiça de Pernambuco FERM-PJ, a partir de setembro, os recursos diretamente arrecadados passaram a ser contabilizados na nova fonte de recurso 124, acompanhada do detalhamento da receita correspondente. O saldo remanescente da fonte anterior 104 será transferido ao Fundo após o encerramento do exercício 2013, conforme art. 5º da Instrução de Serviço nº 07/2013.

Nota2 - A informação supra tem como objetivo evidenciar o montante de recursos que não se origina das fontes constantes do orçamento deste Poder, por se tratar de ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções relacionadas a licitações e contratos junto a este Poder, de saldo remanescente do Fundo de Gratuidade (Registro Civil) e outros.

Nota3 - As vinculações previstas § 4º do artigo 26 da Lei nº 11.404/96 foram revogadas pelo artigo 14 da Lei nº 14.989/13 que criou o FERM-PJ.

Des. Fernando Eduardo Ferreira

Presidente em exercício